

VIRADA DA HABITAÇÃO COMPARTILHANDO IDEIAS EM PROL DA MORADIA DIGNA

Joseane da Silva Almeida¹
Isadora Terra Passeggio²

DIREITO À MORADIA

Art. 6º da Constituição Federal Brasileira: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A moradia é um direito, conforme consta no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira. Apesar disso, o déficit habitacional quantitativo no país é de aproximadamente 6.000.000 de unidades, segundo dados da Fundação João Pinheiro. Já o déficit qualitativo, que engloba imóveis com precariedade de água e luz, falta de esgoto, risco estrutural e outras precariedades que geram um ambiente insalubre, aproxi-

ma-se de 25.000.000.

Em Pelotas, cidade com 325.689 habitantes, segundo dados do IBGE 2022, o déficit habitacional é de 13.500 casas, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social³. Considerando também moradias inadequadas, o número chega a 48.000 casas.

O tema da precariedade habitacional é um dos mais graves nas cidades, e requer atenção e priorização para a busca de soluções.

“Habitar é morar, residir, mas também é sinônimo de pertencer, ocupar e povoar. Não se resume a ter um teto. É possibilitar que famílias vivam com dignidade, em ambientes saudáveis, seguros e confortáveis. É urgente falar sobre o direito à moradia, especialmente em um período marcado por inúmeros retrocessos no setor. A Virada da Habitação acontece, sobretudo, para alertar a todos sobre os impactos causados e como isso vem afetando milhões de famílias em todo o país e, também, para falarmos sobre o futuro.”

Mário Vieira, diretor executivo da Habitat Brasil

1 Mestre em Desenvolvimento Sustentável; Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel; Coordenadora do Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social - joseane.almeida@ucpel.edu.br

2 Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da UCPel; Bolsista no Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social; isadora.passeggio@sou.ucpel.edu.br

3 Cabe salientar que o PLHIS Pelotas foi concluído em 2014, portanto os dados não são atuais.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL

CATÓLICA DE PELOTAS

4 Participam do Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social 2023 da UCPel os professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo Alexandre Pereira Maciel, Fernanda Tomiello, Joseane da Silva Almeida e Ricardo Brod Mendez, e os alunos Alisson Assumpção da Silva, Bianca de Lima Schwantz, Djuli Vaz de Souza, Fabiana Sá da Silva, Gabriela Barwald Ferraz, Gabriele Kazanowski, Isadora Terra Passaggio, Kamille Pereira da Motta, Marcelle Jackel Nunes e Victoria Nunes Pieper.

5 Assinaram o documento: Programa Sustentabilidade no Habitat Social – UCPel, EFICIOBRA (negócio de impacto social na área de HIS), Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo - NAUrb/UFPel, GEP Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório dos Conflitos da Cidade – UCPel, Cáritas, ONG Amigos do Caminho, IFSul - Campus Pelotas, e algumas pessoas não ligadas a coletivos.

REDES DE ATUAÇÃO

O Programa Sustentabilidade no Habitat Social do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel⁴ nasce como um projeto em 2009 e cresce para um programa em 2017, devido à constatação da grande demanda recebida. A cidade de Pelotas possui muitas áreas com carências habitacionais, e logo em seguida o Programa passa a atender também outros municípios da região.

O Programa tem por objetivo defender a qualidade ambiental da moradia para comunidades carentes, e tem como fundamentação teórica o direito à cidade.

Neste sentido, foi protagonista da criação da REDE HIS (habitação de interesse social) Pelotas em 2020, primeiro ano da pandemia COVID 19 no Brasil. Nascida a partir da vontade de formar uma rede de atuantes na temática da habitação social, reconhecendo a importância da união de competências para produzir maiores resultados, a REDE HIS produziu uma CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES DE PELOTAS PARA PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19⁵, entregue ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com algumas recomendações e salientando o agravamento da situação durante a pandemia, quando ficar em casa e lavar as mãos foi a ordem, difícil de ser atendida por muitas pessoas. Também elaborou CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS À ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2020 - EXECUTIVO E LEGISLATIVO, solicitando atenção ao problema habitacional nas suas propostas de atuação.

No mesmo ano, e com a mes-

ma motivação, o Programa passa a integrar a Articulação Colabora Habitação, idealizadora da VIRADA DA HABITAÇÃO. A Articulação Colabora Habitação nasceu em 2020, reunindo organizações do terceiro setor, negócios de impacto e coletivos voltados para habitação social e moradia digna, passando a incluir organizações, empresas, institutos, academia e atores da sociedade civil. A realização da VIRADA é liderada pelo Habitat para a Humanidade Brasil, organização da sociedade civil que, desde 1992, atua para combater as desigualdades e garantir que pessoas em condições de pobreza tenham um lugar digno para viver. Presente em mais de 70 países, a organização promove incidência em políticas públicas pelo direito à cidade e soluções de acesso à moradia, água e saneamento, em articulação com diversos setores e comunidades.

Inspirada em eventos similares como, por exemplo, a Virada Cultural, a Virada Sustentável, a Virada da Educação, a VIRADA DA HABITAÇÃO tem como princípio promover o debate e compartilhamento de ações que estão sendo realizadas em todo o Brasil no tema da moradia digna, por diversos atores da sociedade civil, como Ongs, coletivos, assessorias técnicas, movimentos de moradia, negócios de impacto, empresas, academia, poder público e entidades de classe.

Em 2022 a VIRADA aconteceu nas cidades de São Paulo/SP, Itu/SP, Ribeirão Preto/SP, Vitória/ES, Belo Horizonte/MG, Juiz de Fora/MG, Maringá/PR, Curitiba/PR, Pelotas/RS, Porto Alegre/RS, Brasília/DF, Recife/PE e Fortaleza/CE.

Em 2023 nas cidades de Itapevi/SP, São Paulo/SP, Sorocaba/SP, Salto/SP, Itu/SP, Recife/PE, Vitória/ES, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Goiânia/GO, Pelotas/RS, Porto Alegre/RS e Rio Grande/RS, e mobilizou mais de 800 pessoas.

O Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social foi protagonista na realização das

duas edições em Pelotas, e através do evento foi possível apresentar possibilidades de atuação através da extensão, que interliga a atividade de ensino com as demandas da comunidade, dialogando com aquelas pessoas que se encontram fora dos muros da universidade, o que é um dos objetivos da extensão na UCPel.

VIRADA DA HABITAÇÃO

Realizamos a 1ª VIRADA DA HABITAÇÃO em 2022, e a 2ª VIRADA DA HABITAÇÃO em 2023.



A VIRADA DA HABITAÇÃO 2022 em Pelotas foi organizada pelo Negócio de Impacto Social EFICIOBRA e pela REDE HIS Pelotas, da qual o Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social é integrante, e se propôs a promover o debate e o compartilhamento de ações que estão sendo realizadas no tema da moradia digna por diversos atores da sociedade civil, como ONGs, Coletivos, Assessorias Técnicas, Movimentos de Moradia, Negócios de Impacto, Empresas, Academia, Poder Público e Entidades de Classe.

O relato da 1ª VIRADA foi apresentado no Salão Universitário da UCPel de 2022, com o nome “Compartilhando Ideias em Pro da Moradia Digna”.

A VIRADA DA HABITAÇÃO 2023 foi organizada pelo Programa Habitat Social e conduzida pela REDE HIS, com um formato de mesas por setores, que pautaram a conversa a partir de seus campos de atuação.

A mesa 1 abordou O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. Mediada por representante do Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social da

Universidade Católica de Pelotas (UCPel), teve a participação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Pós Graduação em Memória e Patrimônio, ambos

da Universidade Federal de Pelotas; do Observatório dos Conflitos da Cidade, da UCPel, e do Escritório Modelo da Edificações do IFSul.



Foto: acervo Habitat Social

O debate mostrou a fundamental importância do ensino, da pesquisa e da extensão, e a contribuição possível em temas como a regularização fundiária, pesquisas sobre o ambiente e a pós ocupação, assistência técnica, design de móveis, bem como a noção de direito, que não pode ser entendida como benefício, a noção de território como um ambiente socialmente construído e ainda a relação

da moradia com a segurança alimentar. Ficou evidente o dever da universidade em compartilhar conhecimentos.

A mesa 2, dedicada ao tema A LUTA PELA MORADIA DIGNA, foi mediada por representante da REDE HIS Pelotas, com a participação da CUFA (central única das favelas), do Quilombo Urbano Canto de Conexão e da Cooperativa Habitacional dos Correios.



Foto:
Comunicação
UCPel

Foi reafirmada a ideia de que moradia não é só apenas espaço físico, requer documento de propriedade, centro cultural, posto de saúde, etc., bem como é necessário adequar a casa ao perfil das famílias. Também é preciso mais discussões públicas, com ampla participação da população. A função social da cidade e da propriedade deve ser ferramenta utilizada na política urbana.

A mesa 3 foi mediada por representante da REDE HIS Pelotas e o tema foi O PODER PÚBLICO E A POLÍTICA HABITACIONAL. Participaram a Secretaria Municipal de Habitação de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Rio Grande. Na plateia também presente representante da Câmara de Vereadores de Pelotas.

Os representantes das prefeituras relataram os projetos que estão em andamento no tema da habitação social. O debate gi-

rou em torno da necessidade de existência de uma política habitacional ampla, construída com um conjunto de programas, e não apenas com ações pontuais, e que os investimentos sobre a cidade não se restrinjam à classificação insuficiente do que é legal e do que é ilegal, mas sim considerando a cidade existente. Também foi destacada a importância de incluir a população na construção dessa política.

Na mesa 4 o tema foi A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS. Além da AEAP (Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pel.), responsável pela mediação, participaram o Gabinete de ATHIS (assist. técnica para hab. de interesse social) do Conselho de Arquitetos e Urbanistas, CAU/RS, a FNA-Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas e o SINDUSCON/Pelotas.

Foi apresentado o dado de que

apenas 15% da população usa profissionais de arquitetura e engenharia, e a necessidade de implementação da lei de assistência técnica. Também foi destacada a necessidade de recursos, direcionados a editais públicos, que incluam as universidades como possíveis credenciados para atuar no tema. Além disso, a necessidade de maiores contrapartidas por parte do setor da construção civil e maior investimento em programas habitacionais para a faixa 1.

No nível local, o evento foi uma oportunidade para se debater os problemas habitacionais na cidade e entender qual o papel de cada entidade convidada para o combate dos mesmos.

Em nível nacional, o debate oportunizou e gerou subsídios para que os participantes pudessem contribuir com o documento construído pelo Colabora Habitação, cuja compilação final após a realização das VIRADAS, será enviada ao Ministério das Cidades.



Foto:
Comunicação
UCPel

O texto denominado “PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIAS HABITACIONAIS: Bases para uma proposta a ser apresentada para contribuições na Virada da Habitação 2023” foi disponibilizado através de um formulário online.

O documento começa com uma justificativa para enfrentamento do déficit qualitativo,

citando os dados da Fundação João Pinheiro, e mostrando que a execução das melhorias habitacionais gera uma movimentação na economia local dos territórios periféricos, com a compra de materiais de construção em depósitos nas comunidades, contratação de mão de obra local, envolvimento de pequenos empreiteiros de obra, pequenos

escritórios de arquitetura e engenharia, negócios sociais e organizações menores, com atuação em áreas sociais, ao mesmo tempo em que fortalece a organização comunitária.

O investimento em melhorias é complementar à regularização fundiária, além de ser específico às necessidades de cada caso, por isso deve ser facilitado, e deve contemplar aquisição de material de

construção, mão de obra, assistência técnica e trabalho social. Isto não significa que o investimento deva ser somente em áreas regularizadas, admite-se atendimento em unidades habitacionais em áreas em processo de urbanização ou regularização fundiária, desde que não estejam caracterizadas como áreas de risco ou que não interfiram com as obras de infraestrutura/provisão habitacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moradia é um conceito bem mais amplo do que casa. A transversalidade do tema da moradia ficou evidente, a relação com a segurança alimentar, com a saúde, com a educação, com o trabalho, etc., demonstra que a habitação é primordial para a dignidade humana.

Os programas habitacionais tradicionalmente são pautados no combate ao déficit quantitativo, além de dependerem de organismos financeiros e serem usados também como propulsores da indústria da construção

civil e da geração de empregos (para melhor entendimento, ver ROLNIK 2015), o que explica a necessidade de produção em larga escala, a padronização das unidades e a localização em terrenos mais baratos, normalmente periféricos, reforçando a divisão territorial entre ricos e pobres.

Mais uma vez a conclusão é o reconhecimento da urgência da criação de uma política habitacional ampla, que não se reduza apenas à construção de novas casas, bem como a ampliação de fóruns de participação da comunidade.

REFERÊNCIAS

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIAS HABITACIONAIS: Bases para uma proposta a ser apresentada para contribuições na Virada da Habitação 2023. Documento elaborado por Articulação Colabora Habitação, Habitat para a Humanidade Brasil.

LEFEBVRE, Henry. O DIREITO À CIDADE. São Paulo: Centauro, 2001.

ROLNIK, Raquel. GUERRA DOS LUGARES: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL

CATÓLICA DE PELOTAS